

**POR QUE ENSINAR A HISTÓRIA DA LÍNGUA?
A IMPORTÂNCIA DOS ASPECTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS
HISTÓRICOS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Suziane Silva (SEDUC-AL)
suziane.porto@hotmail.com

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão teórico-analítica sobre a relevância de integrar os fundamentos da Sociolinguística Variacionista, da Sociolinguística Histórica e da Sociolinguística Educacional ao ensino de Língua Portuguesa. Ancoramo-nos nas contribuições de Labov (2008 [1972]) para compreender a variação linguística como fenômeno estruturado e sistemático, articulando essas premissas às abordagens de Romaine (1982), Hernández-Campoy (2013) e Faraco (2009), que evidenciam a historicidade dos processos de mudança linguística. Associamos a esse quadro teórico os aportes da Sociolinguística Educacional, sobretudo nos trabalhos de Bortoni-Ricardo (2004) e Travaglia (2009), para discutir o papel da escola na mediação entre norma e uso, e sua responsabilidade na valorização das variedades linguísticas presentes no espaço escolar. Sustentamos que a ausência da perspectiva histórica e variacionista no ensino da língua contribui para a perpetuação de práticas normativas excludentes e para a desvalorização dos repertórios linguísticos dos estudantes. Concluimos que o diálogo entre essas vertentes sociolinguísticas oferece fundamentos teóricos e implicações pedagógicas consistentes para a construção de uma educação linguística crítica, capaz de promover o reconhecimento da diversidade linguística e de ressignificar o ensino da norma padrão em sala de aula.

Palavras-chave:

Sociolinguística Educacional. Sociolinguística Histórica.
Sociolinguística Variacionista.

ABSTRACT

This article presents a theoretical and analytical reflection on the relevance of integrating the foundations of Variationist Sociolinguistics, Historical Sociolinguistics, and Educational Sociolinguistics into Portuguese Language teaching. We draw on Labov's (2008 [1972]) contributions to understand linguistic variation as a structured and systematic phenomenon, articulating these premises with the perspectives of Romaine (1982), Hernández-Campoy (2013), and Faraco (2009), who emphasize the historicity of linguistic change processes. To this framework, we incorporate the contributions of Educational Sociolinguistics, particularly the works of Bortoni-Ricardo (2004) and Travaglia (2009), in order to discuss the school's role in mediating between norm and use and in promoting the recognition of the linguistic varieties present in the educational context. We argue that the absence of historical and variationist perspectives in language teaching contributes to the perpetuation of exclusionary normative practices and to the devaluation of students' linguistic repertoires. We conclude that the dialogue among these sociolinguistic approaches offers consistent theoretical foundations and pedagogical implications for building a critical

language education that values linguistic diversity and redefines the role of the standard norm in the classroom.

Keywords:

Educational Sociolinguistics. Historical Sociolinguistics. Variationist Sociolinguistics.

1. Introdução

O ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica brasileira tem historicamente privilegiado uma abordagem normativa, centrada na prescrição da variedade de prestígio como modelo linguístico a ser seguido. Essa perspectiva, ancorada em ideais de correção, pureza e estabilidade da língua, sustenta-se em uma concepção essencialista e sincrônica, que ignora o caráter social, heterogêneo e historicamente constituído das práticas linguísticas. Nesse cenário, aspectos como a variação, a mudança e a diversidade de usos legítimos da língua são frequentemente marginalizados em nome da padronização, o que contribui para o apagamento de repertórios linguísticos amplamente presentes nas comunidades escolares e para a reprodução de preconceitos linguísticos arraigados.

Em nossa percepção, essa dissociação entre ensino e realidade linguística encontra-se na raiz de muitos dos obstáculos enfrentados por estudantes que não dominam, ou não se identificam, com os padrões linguísticos escolarizados. Com base nessa constatação, propomos neste trabalho uma reflexão sobre a importância de integrar ao ensino de Língua Portuguesa os fundamentos da Sociolinguística Variacionista, da Sociolinguística Histórica e da Sociolinguística Educacional. A articulação entre essas três vertentes permite compreender a língua não apenas como sistema abstrato, mas como prática social, marcada por processos contínuos de variação e mudança, historicamente situados e socialmente condicionados.

A Sociolinguística Variacionista, tal como formulada por Labov (2008 [1972]), fornece os instrumentos teóricos e metodológicos para a descrição da variação linguística enquanto fenômeno sistemático e estruturado. A partir dessa abordagem, torna-se possível analisar a coexistência de formas distintas dentro de uma mesma comunidade linguística e compreender os condicionamentos sociais e linguísticos que determinam sua distribuição. Já a Sociolinguística Histórica amplia esse olhar ao considerar a variação em perspectiva diacrônica, investigando como determinadas formas linguísticas se transformam ao longo do tempo, com base em registros empíricos documentais, como cartas pessoais, jornais, re-

gistros judiciais e outros gêneros escritos do passado (Romaine, 1982; Hernández-Campoy, 2013; Faraco, 2009). Essa abordagem permite historicizar fenômenos que, do ponto de vista da norma atual, são comumente tratados como desvios, demonstrando sua legitimidade no processo de constituição da língua.

A essas duas vertentes, somamos os aportes da Sociolinguística Educacional, campo que se volta à reflexão sobre o ensino da língua a partir de uma perspectiva crítica e inclusiva. Bortoni-Ricardo (2004) defende uma educação linguística bidialetal, que reconhece a legitimidade dos dialetos populares e capacita os estudantes a transitarem entre variedades linguísticas distintas, sem submeter sua identidade linguística a processos de exclusão. Travaglia (2009), por sua vez, enfatiza a necessidade de superar o ensino tradicional da gramática normativa e propõe práticas pedagógicas que articulem análise linguística, reflexão crítica e respeito à diversidade de usos da língua. Nesse contexto, a escola é compreendida não apenas como espaço de transmissão de normas, mas como *locus* de disputa de sentidos e de legitimação (ou negação) de determinadas formas de dizer.

Ao reunir essas três perspectivas, variacionista, histórica e educacional, defendemos que é possível ressignificar o ensino da norma padrão na escola, deslocando-o de uma lógica prescritiva e homogênea para uma abordagem que valorize a diversidade, a historicidade e a função social da linguagem. A integração dos aspectos sociolinguísticos históricos ao currículo, por exemplo, permite demonstrar que estruturas vistas hoje como “erros”, a exemplo de *a gente fomos*, *nós vai* ou *as menina bonita*, são manifestações linguísticas enraizadas em processos de mudança fonológica, morfossintática e pragmática. O conhecimento desses processos não apenas contribui para uma compreensão mais ampla do funcionamento da língua, mas também constitui uma ferramenta poderosa no enfrentamento do preconceito linguístico e na formação de sujeitos críticos e conscientes de sua identidade linguística.

Do ponto de vista metodológico, nosso trabalho constitui-se como uma reflexão de natureza teórico-analítica, fundamentada nos pressupostos teóricos das três vertentes da Sociolinguística. Não se trata de relatar uma experiência didática, nem de apresentar dados empíricos inéditos, mas de construir, por meio do diálogo entre diferentes autores, uma base argumentativa sólida para justificar a presença da história da língua no ensino de Língua Portuguesa. Buscamos, com isso, contribuir para o debate sobre a formação docente e para a proposição de práticas pedagógi-

cas alinhadas aos princípios de uma educação linguística crítica, inclusive e cientificamente fundamentada.

Estruturamos este trabalho em cinco seções. Após esta introdução, apresentamos, na segunda parte, os fundamentos da Sociolinguística Histórica, Sociolinguística Variacionista e da Sociolinguística Educacional, evidenciando suas contribuições para a compreensão dos processos de variação e mudança linguística e suas implicações para o ensino. Na terceira seção, discutimos criticamente os limites da abordagem normativa tradicional e os efeitos da ausência de uma perspectiva histórica e variacionista no ensino da língua. Em seguida, na quarta seção, propomos caminhos para a inserção pedagógica da história da língua no contexto escolar, com sugestões de estratégias e conteúdos que valorizem a diversidade linguística dos estudantes. Por fim, nas considerações finais, retomamos os principais argumentos desenvolvidos e apontamos possíveis desdobramentos para a prática docente e para futuras pesquisas na área.

2. Fundamentos teóricos: Historicidade, variação e ensino da língua

A articulação entre a historicidade da língua, os mecanismos de variação e as práticas de ensino constitui um campo fértil de reflexão para a educação linguística contemporânea. Compreender que a língua é um fenômeno histórico-social em constante transformação desafia a visão estática e normativa frequentemente presente nas salas de aula. Tal compreensão exige que o ensino de Língua Portuguesa vá além da descrição prescritiva de regras, incorporando uma abordagem que considere os fatores sociais, regionais e históricos que moldam os usos linguísticos. Nesse contexto, os aportes da Sociolinguística Histórica, da Sociolinguística Variacionista e da Sociolinguística Educacional revelam-se fundamentais para promover uma educação linguística crítica, capaz de reconhecer a legitimidade das diversas formas de expressão e de situá-las em seus processos de mudança e consolidação. A seguir, apresentamos os principais fundamentos dessas correntes, destacando suas contribuições teóricas e didáticas para o ensino de língua.

2.1. A Sociolinguística Histórica e o ensino da mudança linguística

A Sociolinguística Histórica constitui um campo de estudos que se dedica à análise da variação e da mudança linguística em perspectiva diacrônica, levando em conta os condicionamentos sociais, culturais e

pragmáticos que influenciam o uso da língua ao longo do tempo. Em contraste com abordagens tradicionalmente filológicas ou exclusivamente descritivas da Gramática Histórica, essa vertente fundamenta-se no princípio de que a língua é um fenômeno social e variável, cujas transformações se dão não apenas por fatores internos ao sistema linguístico, mas sobretudo, por dinâmicas externas, como o contato entre línguas, a mobilidade social, a escolarização e os processos de padronização linguística (Romaine, 1982; Hernández-Campoy, 2013).

A mudança linguística, nesse quadro, é compreendida como uma consequência natural da variação. As formas linguísticas não evoluem de maneira linear nem uniforme, mas se reconfiguram a partir de padrões de uso reiterado por determinados grupos sociais, que podem ser posteriormente legitimados ou marginalizados pelas instituições. A consolidação da norma culta como variedade de prestígio, por exemplo, não se deve à superioridade linguística de suas formas, mas a processos históricos de imposição simbólica associados à construção dos Estados-nação, à expansão da imprensa e à institucionalização do ensino formal (Faraco, 2009).

A análise da mudança, tal como proposta pela Sociolinguística Histórica, apoia-se em registros empíricos de usos reais da língua, preferencialmente provenientes de gêneros escritos não canônicos, como cartas pessoais, autos judiciais, diários, bilhetes e documentos administrativos. Esses textos, por estarem menos sujeitos à censura normativa, preservam traços de oralidade, regionalismo, variação morfossintática e reorganizações pragmáticas que permitem observar o funcionamento da língua em sua dimensão cotidiana. Para além da reconstrução de estados anteriores da língua, o interesse recai sobre a compreensão de como os falantes, situados em determinados contextos sociais e históricos, reconfiguram padrões linguísticos em resposta às condições de comunicação e pertencimento social (Hernández-Campoy, 2013).

Do ponto de vista educacional, esse entendimento da linguagem tem implicações relevantes. O ensino da Língua Portuguesa, tradicionalmente voltado à normatização e ao domínio das formas cultas, tende a apresentar a língua como um sistema estático e cristalizado, desprovido de história. Nessa abordagem, a norma culta é tratada como o ápice do desenvolvimento linguístico, e os demais usos são relegados à categoria do erro ou da deficiência. A ausência da dimensão histórica no currículo contribui, assim, para a naturalização de uma variedade socialmente localizada como se fosse a própria língua, apagando os processos históricos

que produziram essa hierarquia linguística. Integrar ao ensino a perspectiva da Sociolinguística Histórica significa, portanto, oferecer aos estudantes a oportunidade de compreenderem que a norma padrão é resultado de trajetórias de mudança, de disputas por prestígio e de decisões político-institucionais. Trata-se de historicizar o que muitas vezes lhes é apresentado como natural ou incontestável. Essa abordagem permite ressignificar o ensino da gramática normativa, deslocando-o de uma lógica prescritiva para uma lógica explicativa, capaz de demonstrar os caminhos pelos quais determinadas formas se consolidaram em detrimento de outras.

A análise da mudança linguística em sala de aula pode se dar, por exemplo, por meio da comparação entre formas de tratamento em diferentes momentos históricos, como o declínio do pronome *vós* e a ascensão de *você*, ou da observação de mudanças morfossintáticas em documentos antigos, como a variação entre “*nós fomos*” e “*a gente fomos*”. Ao explorar essas transformações em contextos reais de uso, os estudantes desenvolvem competências de análise linguística mais profundas, ampliam sua compreensão sobre a historicidade da língua e se aproximam de uma postura crítica diante dos discursos de autoridade que regulam o uso da linguagem. Como afirma Faraco (2009), ensinar a história da língua é também ensinar a história dos sujeitos que a constituem, dos grupos cujas formas de expressão foram valorizadas ou silenciadas. Ao compreender que a língua é fruto de escolhas sociais e históricas, o aluno se torna mais apto a reconhecer seus próprios repertórios linguísticos como legítimos, além de compreender que as mudanças que observamos hoje, como a alternância entre *tu* e *você* ou as variações na concordância, são continuidade de processos que vêm moldando o português brasileiro há séculos.

O ensino da mudança linguística, portanto, não apenas promove uma visão mais científica e contextualizada da língua, como também contribui para a formação cidadã dos estudantes. Ao problematizar o caráter ideológico das normas e reconhecer a diversidade como parte constitutiva da história da língua, o professor assume um papel formativo que ultrapassa a simples transmissão de regras. A incorporação da perspectiva da Sociolinguística Histórica no ensino não elimina a norma, mas a reposiciona como objeto de análise, contribuindo para que o espaço escolar deixe de ser apenas um reprodutor de hierarquias linguísticas e se transforme em um lugar de reflexão, crítica e construção de saberes historicamente informados.

2.2. A Sociolinguística Variacionista: a mudança como continuidade da variação

A Sociolinguística Variacionista, consolidada a partir dos estudos empíricos de William Labov (2008 [1972]), propõe uma concepção inovadora da língua como sistema dinâmico, no qual a variação não representa um desvio ou erro, mas sim um componente estrutural. A perspectiva laboviana rompe com o paradigma normativo e estático tradicional, ao demonstrar que as línguas variam sistematicamente, de forma condicionada por fatores linguísticos e sociais. Em outras palavras, as diferenças observadas entre falantes não se explicam por acaso ou deficiência, mas por regras subjacentes que podem ser descritas cientificamente. Ao considerarmos que a mudança é a consequência da variação, revelamos que a análise sincrônica de fenômenos variáveis permite compreender os caminhos de transformação da língua ao longo do tempo.

Essa compreensão da variação como motor da mudança tem implicações significativas para a análise do português brasileiro. Um exemplo emblemático é o processo de alternância pronominal envolvendo *tu*, *você* e *cê*. Em diversas regiões do país, observa-se a progressiva substituição de *tu* por *você*, acompanhada por reestruturações no paradigma verbal, como na forma *tu vai*, em vez de *tu vais*. Esses usos, embora frequentemente classificados como “errados” no discurso escolar, são expressão legítima de um processo histórico de mudança morfossintática em andamento. Estudos como os de Scherre e Naro (1992) revelam que há regularidade estatística nessas formas, o que evidencia que a variação é regida por padrões gramaticais, ainda que não coincidam com a norma culta escolarizada. Ao reconhecer que a língua se transforma por meio de mecanismos internos articulados a fatores sociais, a Sociolinguística Variacionista oferece uma base teórica robusta para a abordagem da mudança linguística em sala de aula. Tal perspectiva permite ao professor explicar, por exemplo, que formas como *a gente vamos* não são simples desvios a serem corrigidos, mas manifestações de reanálises linguísticas historicamente situadas. Trata-se de ampliar o repertório explicativo do ensino da língua, substituindo a noção de “erro” pela de “variação condicionada”, e o julgamento normativo por uma postura analítica fundamentada.

No plano didático, Travaglia (2009) argumenta que trabalhar com variação linguística contribui para o desenvolvimento da consciência metalinguística dos estudantes, pois os convida a refletir sobre os fatores que motivam diferentes usos linguísticos, suas origens históricas e suas

funções comunicativas. Essa abordagem não significa abandonar o ensino da norma culta, mas contextualizá-la como uma das variedades possíveis, marcada por prestígio institucional, e não por superioridade intrínseca. Como destaca Faraco (2009), é papel da escola formar sujeitos capazes de transitar criticamente entre variedades linguísticas, compreendendo o valor simbólico que lhes é atribuído em contextos sociais distintos. Do ponto de vista pedagógico, ensinar a variação implica também ensinar a mudança, pois ao analisar fenômenos em curso, os estudantes podem compreender que a língua está em constante transformação. A análise de usos sincrônicos com potencial de mudança, como as já citadas alternâncias pronominais, ou a neutralização de plural em sintagmas nominais (*os menino, as criança*), permite discutir o caráter histórico e social da língua, bem como os mecanismos pelos quais certas formas se estabilizam e outras são rejeitadas. Essa abordagem favorece o letramento linguístico crítico, ao articular saber linguístico, consciência histórica e posicionamento ético frente à diversidade.

A ausência desse tipo de reflexão nos currículos escolares contribui para uma representação artificial e homogênea da língua, que ignora as práticas reais de fala dos estudantes e reforça estigmas sociais associados às variedades populares. Incorporar a perspectiva variacionista ao ensino de Língua Portuguesa, nesse sentido, constitui não apenas uma atualização científica necessária, mas também um compromisso com a valorização dos sujeitos falantes e de seus repertórios linguísticos. Assim como a Sociolinguística Histórica, a abordagem variacionista evidencia que a língua não muda por deterioração ou desvio, mas por adaptação contínua às necessidades comunicativas e aos contextos sociais.

Desse modo, ao reconhecer a continuidade entre variação e mudança, o ensino passa a desempenhar um papel formativo mais amplo: não apenas ensinar a norma, mas promover uma compreensão mais complexa, dinâmica e crítica da língua. Tal postura contribui para que os estudantes não apenas dominem as formas linguísticas exigidas em determinados contextos, mas também compreendam os processos sociais que regulam sua legitimidade.

2.3. A Sociolinguística Educacional e o compromisso formativo da escola

A Sociolinguística Educacional constitui o ramo da sociolinguística voltado à mediação entre os saberes linguísticos produzidos pela ciên-

cia e sua aplicação nas práticas pedagógicas. Sua principal contribuição está na proposição de uma abordagem crítica para o ensino de língua materna, que reconheça a existência de múltiplas variedades linguísticas em circulação social e considere a escola como espaço legítimo para refletir sobre essa diversidade. Nesse contexto, o papel da escola não é o de homogeneizar os usos, mas de formar sujeitos capazes de compreender os mecanismos que regulam a variação, a mudança e o prestígio linguístico. Como enfatiza Bortoni-Ricardo (2004), o ensino da norma padrão deve ser inserido em uma concepção bidialetal de educação linguística, na qual o professor atua como mediador entre a variedade dos alunos e as exigências normativas dos contextos escolares e profissionais, sem, contudo, deslegitimar a fala popular.

Essa proposta rompe com a lógica tradicional do ensino prescritivo, segundo a qual a função da escola é corrigir os “erros” dos alunos, muitas vezes sem qualquer análise sobre os processos sociolinguísticos subjacentes. Como observa Travaglia (2009), a escola não pode restringir-se à repetição da norma culta como um modelo absoluto, mas deve promover a análise linguística crítica, pautada em dados concretos de uso, com base na observação, comparação e reflexão. Nesse sentido, o ensino da variação não é uma concessão à informalidade, mas uma estratégia formativa, que insere os estudantes em práticas de leitura e escrita mais conscientes, contextualizadas e sensíveis às dinâmicas reais da linguagem. Ao incorporar a historicidade das formas linguísticas e os processos de mudança em sua abordagem, a Sociolinguística Educacional aproxima-se das perspectivas teóricas da Sociolinguística Histórica e da Sociolinguística Variacionista, estabelecendo uma aliança conceitual que reforça o caráter formativo do ensino de língua. Compreender que a norma culta é fruto de um processo histórico, determinado por políticas de padronização, relações de poder simbólico e disputas socioculturais, permite aos estudantes ressignificarem sua relação com a linguagem e, em especial, com seus próprios modos de falar. Tal compreensão contribui para a desconstrução do preconceito linguístico e para o fortalecimento da autoestima linguística, sobretudo entre estudantes de contextos populares.

Ao mesmo tempo, essa abordagem exige do professor não apenas domínio dos conteúdos normativos, mas também familiaridade com os pressupostos teóricos da Sociolinguística. Ensinar a história da língua, nesse cenário, não se restringe à exposição de fatos cronológicos ou de curiosidades etimológicas. Trata-se de apresentar aos alunos os caminhos

pelos quais as formas se consolidaram, as transformações pelas quais passaram e os fatores sociais que motivaram sua valorização ou estigmatização. Isso implica, por exemplo, discutir em sala de aula a trajetória da construção da norma culta no Brasil, a função histórica da escolarização e os sentidos políticos atribuídos à linguagem no processo de formação nacional. Essa abordagem não elimina a norma, mas a historiciza, deslocando-a do lugar de autoridade incontestável para o de objeto de análise crítica.

Além disso, a inserção de materiais autênticos que evidenciem a variação e a mudança, como cartas pessoais, registros de fala espontânea, documentos históricos ou textos literários que reproduzam a linguagem popular, pode ampliar as possibilidades de leitura e escrita em sala de aula. Tais práticas permitem aos estudantes perceberem a língua como objeto vivo, historicamente situado, e favorecem a construção de um conhecimento linguístico mais profundo e significativo. O ensino passa, assim, a integrar saberes científicos e vivências sociais, favorecendo a formação de sujeitos capazes de compreender o funcionamento da língua em suas múltiplas dimensões: gramatical, histórica, discursiva e política. De modo geral, ao estabelecermos pontes com a Sociolinguística Histórica, reforçamos a importância de formar estudantes não apenas proficientes do ponto de vista normativo, mas também críticos, reflexivos e conscientes da diversidade linguística que os constitui como sujeitos históricos e sociais.

3. A crítica à abordagem normativa tradicional e à exclusão da dimensão histórica no ensino da língua

A presença hegemônica da gramática normativa no ensino de Língua Portuguesa consolidou-se ao longo do tempo como um dos principais pilares da educação linguística no Brasil. Desde o século XIX, com a consolidação do modelo de escola moderna e a institucionalização dos exames públicos, a norma culta passou a ser tratada como um ideal linguístico a ser perseguido pelos estudantes, em detrimento das práticas linguísticas reais, marcadas por variação e mudança (Faraco, 2009). Essa concepção essencialista e prescritiva da língua perpetuou uma ideia de correção absoluta, segundo a qual existe uma forma certa de falar e escrever, enquanto todas as demais formas são vistas como “erro”, “desvio” ou “falta de instrução”.

No contexto escolar, essa abordagem normativa tem implicações profundas. Ao privilegiar unicamente a descrição de regras da gramática tradicional e a reprodução de padrões linguísticos idealizados, o ensino desconsidera os contextos socioculturais dos alunos e ignora os princípios básicos da ciência linguística contemporânea. A língua ensinada na escola, nesse modelo, é frequentemente descolada da realidade vivida pelos estudantes, apresentando-se como um sistema artificial, estático e desprovido de historicidade. Essa dissociação entre norma e uso contribui para o fracasso escolar de muitos alunos, especialmente aqueles oriundos de comunidades linguísticas estigmatizadas.

Além disso, a exclusão da dimensão histórica do ensino da língua reforça a ideia de que a norma padrão sempre existiu tal como a conhecemos, apagando os processos de disputa, mudança e imposição política e social que a constituíram. A norma culta, longe de ser um dado natural da língua, é resultado de uma padronização promovida por instituições com poder simbólico e político, como o Estado, a imprensa e o sistema educacional, e historicamente vinculada às classes letradas urbanas. Ignorar esse processo é contribuir para a mitificação da norma e para a reprodução de um ensino que legitima desigualdades.

Nesse sentido, o ensino exclusivamente normativo pode ser compreendido como uma prática ideológica, que opera na produção de sujeitos linguísticos subordinados. Como assinala Bortoni-Ricardo (2004), ao exigir dos alunos o domínio exclusivo da variedade de prestígio e ao reprimir seus modos de falar e escrever, a escola deslegitima os saberes linguísticos oriundos de outras esferas sociais e culturais. A norma padrão torna-se, assim, não apenas um modelo gramatical, mas um mecanismo de exclusão simbólica, que atua na desqualificação de identidades, trajetórias e experiências linguísticas.

A ausência da dimensão histórica da língua nas práticas pedagógicas aprofunda esse quadro excludente. Quando não se ensina que a norma é uma construção histórica, sujeita a disputas e transformações, o discurso normativo ganha um caráter naturalizado, como se fosse a única forma possível de expressão legítima. Essa naturalização impede que os estudantes compreendam a língua como um organismo vivo, permeado por tensões, adaptações e variações. Ao contrário, apresenta-lhes uma linguagem descolada do tempo e da sociedade, cujo aprendizado exige, muitas vezes, a negação de seus próprios repertórios.

Tal postura também empobrece a própria experiência de ensino-aprendizagem da língua. Ao reduzir a aula de Língua Portuguesa a um exercício de memorização de regras e de identificação de “erros”, o professor perde a oportunidade de promover o desenvolvimento de habilidades linguísticas mais complexas, como a análise crítica dos usos da linguagem, a interpretação de sentidos em diferentes contextos e a reflexão metalinguística sobre as formas em transformação. O ensino da história da língua, nesse sentido, pode atuar como um poderoso antídoto contra a superficialidade das práticas normativas, oferecendo aos estudantes instrumentos para compreender as lógicas internas da língua, suas origens e sua dinâmica de funcionamento.

A introdução de conteúdos sobre a variação histórica da língua no currículo escolar possibilita, por exemplo, mostrar aos estudantes que muitas das estruturas que hoje compõem a norma culta foram, em algum momento do passado, formas instáveis, variáveis ou mesmo estigmatizadas. O uso de pronomes como “você”, hoje amplamente aceito, foi inicialmente uma forma marcada pela informalidade e rejeitada em textos eruditos. A flexão verbal reduzida, como em “*a gente vai*” ou “*tu vai*”, também possui raízes históricas documentadas, que demonstram sua legitimidade como formas de uso natural da língua em determinadas regiões e classes sociais.

Ao ocultar essa historicidade, o ensino tradicional reforça a visão de que há apenas um caminho certo para o uso da língua. o caminho da norma, ignorando que a própria norma é um recorte temporal e socialmente situado. A proposta de um ensino que integre os fundamentos da Sociolinguística Histórica e da Sociolinguística Educacional, portanto, não é uma negação da norma, mas uma reivindicação de seu ensino com base científica e crítica. Trata-se de apresentar a norma como uma convenção social legitimada em determinados contextos e não como a única forma válida de expressão linguística.

Essa perspectiva tem implicações diretas na formação docente. Professores que não têm acesso a essa dimensão histórica da língua durante sua formação inicial tendem a reproduzir em sala de aula as práticas prescritivas que experienciaram como estudantes. Por isso, defender a inserção da história da língua no ensino implica também defender sua presença nos currículos de formação de professores de Letras, de modo que os futuros docentes possam desenvolver uma postura mais crítica e fundamentada diante das variedades linguísticas e de sua função social.

4. Caminhos pedagógicos para a inserção da história da língua no ensino

A defesa da inserção da história da língua no ensino de Língua Portuguesa, tal como propomos ao longo deste artigo, exige a formulação de estratégias pedagógicas concretas que permitam sua efetiva implementação no cotidiano escolar. Trata-se, aqui, de pensar o ensino para além da abordagem normativa tradicional e de criar condições para que os estudantes compreendam a língua como um fenômeno historicamente construído, socialmente situado e em constante transformação. Para isso, é necessário que a prática pedagógica esteja alinhada aos princípios da Sociolinguística Histórica, da Sociolinguística Variacionista e da Sociolinguística Educacional, promovendo a análise dos usos linguísticos em perspectiva crítica, comparativa e contextualizada.

A primeira condição para a implementação dessa proposta é o reconhecimento de que a história da língua pode e deve ser mobilizada não como conteúdo isolado, restrito a um momento específico do currículo, mas como princípio transversal que perpassa o ensino da gramática, da leitura, da produção textual e da oralidade. Ao invés de tratar a história da língua como uma disciplina autônoma, como ainda ocorre em algumas propostas curriculares fragmentadas, defendemos sua integração aos diversos eixos de ensino da linguagem, de modo que os processos de variação e mudança possam ser compreendidos de forma articulada ao uso concreto da língua pelos sujeitos.

Nesse sentido, uma estratégia pedagógica fundamental consiste na análise de estruturas linguísticas em diferentes períodos históricos. Por exemplo, ao estudar a morfologia verbal, o professor pode apresentar aos estudantes formas arcaicas registradas em documentos dos séculos XVIII e XIX e compará-las com as formas atuais, destacando os fenômenos de redução morfológica, regularização ou analogia que levaram à transformação das formas. Esse tipo de abordagem permite demonstrar que a norma atual é fruto de transformações sistemáticas e historicamente condicionadas, e não de uma lógica imutável e autorregulada.

Outra possibilidade pedagógica relevante é o uso de documentos autênticos da escrita popular, como cartas pessoais, bilhetes, cadernos escolares antigos ou autos judiciais, como fonte para análise linguística. Esses documentos, ao revelarem formas espontâneas de escrita, frequentemente marcadas por traços de oralidade e de variação regional ou social, permitem que os estudantes desenvolvam uma sensibilidade para a di-

versidade linguística, além de ampliarem seu repertório sobre as formas de circulação da linguagem em contextos não escolares. A leitura crítica desses textos pode ser acompanhada de atividades que identifiquem marcas linguísticas específicas, como a variação pronominal, formas de concordância, uso de partículas, entre outros, relacionando-as aos processos de mudança histórica discutidos em aula.

Para potencializar esse trabalho, é possível propor sequências didáticas que articulem leitura, análise linguística e produção textual. Por exemplo, uma sequência pode iniciar com a leitura de trechos de cartas escritas por pessoas comuns em períodos passados, seguida da identificação de marcas linguísticas de época, da discussão sobre os usos do português à época e da produção, pelos estudantes, de textos que simulem esse tipo de escrita histórica. Tal atividade, além de desenvolver competências linguísticas e textuais, favorece a construção de consciência histórica e de compreensão das diferentes formas de funcionamento da linguagem ao longo do tempo. Além disso, é essencial que o ensino da norma padrão seja acompanhado de exploração crítica de seus fundamentos históricos e sociais. Isso significa apresentar a norma não como um dado neutro, mas como produto de um processo de padronização linguística historicamente localizado, vinculado a contextos específicos de letramento, escolarização e poder simbólico. Trabalhar com os estudantes a origem das gramáticas normativas, sua função social e seu lugar no sistema educacional pode ser uma estratégia para desmistificar a ideia de correção absoluta e abrir espaço para o reconhecimento da legitimidade de outras formas de falar e escrever.

Outro caminho relevante é a exploração de fenômenos de mudança em curso, como a reconfiguração dos pronomes pessoais (*tu/você/cê*), o uso de formas reduzidas (*tava, pra, num*), ou a alternância entre formas de plural (“*os menino*”/“*os meninos*”). Esses fenômenos, amplamente observáveis no cotidiano dos estudantes, podem ser objeto de investigação em sala de aula, permitindo que os próprios alunos colem dados de fala, observem padrões, identifiquem condicionamentos sociais e reflitam sobre os sentidos dessas formas em diferentes contextos. Tal abordagem aproxima a prática pedagógica da pesquisa linguística, tornando a sala de aula um espaço de produção de conhecimento e não apenas de reprodução normativa.

Importante também destacar que a inserção da história da língua no ensino exige a formação continuada dos professores, especialmente porque muitos docentes não tiveram acesso, em sua formação inicial, aos

fundamentos da Sociolinguística Histórica ou da Sociolinguística Educacional. Assim, é preciso que os programas de formação docente contemplem discussões sobre a historicidade da norma, sobre os processos de mudança linguística e sobre as implicações pedagógicas do ensino da variação. Além disso, materiais didáticos e propostas curriculares precisam ser repensados, de modo a abrir espaço para essas abordagens e oferecer suporte teórico e metodológico ao trabalho docente.

Cabe ressaltar que propostas como essas já encontram respaldo em documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que enfatiza a importância de desenvolver nos estudantes a compreensão da linguagem como prática social e histórica. Ao tratar da análise linguística como eixo estruturante do ensino de língua, a BNCC propõe que os estudantes sejam capazes de refletir sobre os usos da linguagem em diferentes contextos, reconhecendo seus aspectos formais e variáveis. A leitura dessa diretriz à luz da Sociolinguística Histórica e Educacional permite fortalecer o compromisso do ensino com a diversidade, a crítica e a formação cidadã.

Por fim, é importante reconhecer que a inserção da história da língua no ensino não significa abandonar o ensino da norma padrão, mas resignificá-lo. O objetivo não é eliminar o trabalho com as formas de prestígio, mas integrá-lo a uma abordagem que contextualize seu surgimento, reconheça sua função social e, ao mesmo tempo, valorize os usos linguísticos dos estudantes. Ao compreenderem a norma como parte de uma história, e não como imposição atemporal, os estudantes tornam-se mais aptos a mobilizá-la de maneira crítica e estratégica, desenvolvendo competências linguísticas ampliadas e consciência sociolinguística refinada.

5. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, defendemos que a inserção dos aspectos sociolinguísticos históricos no ensino de Língua Portuguesa constitui uma estratégia pedagógica fundamental para a superação de modelos normativos excludentes, para a valorização da diversidade linguística e para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua identidade linguística. Partimos da compreensão de que a língua é um fenômeno social, histórico e em permanente transformação, e argumentamos que essa concepção precisa estar refletida no modo como ela é ensinada na escola,

sob pena de mantermos um ensino alicerçado em idealizações que pouco dialogam com as práticas linguísticas reais dos estudantes.

Apoiamo-nos nos fundamentos da Sociolinguística Variacionista, da Sociolinguística Histórica e da Sociolinguística Educacional para propor uma abordagem integrada, na qual a norma culta deixe de ser tratada como um modelo absoluto a ser imposto e passe a ser compreendida como uma convenção historicamente construída, legitimada em determinados contextos sociais, mas não superior às demais variedades linguísticas por critérios intrínsecos. A partir da tradição variacionista de Labov (2008 [1972]), compreendemos a variação como fenômeno estruturado e sistemático, que constitui a base dos processos de mudança linguística. Sob a perspectiva da Sociolinguística Histórica (Romaine, 1982; Hernández-Campoy, 2013), reconhecemos que a língua se transforma ao longo do tempo, e que as formas atuais são resultado de trajetórias marcadas por conflitos, disputas e escolhas políticas. Finalmente, com base na Sociolinguística Educacional (Bortoni-Ricardo, 2004; Travaglia, 2009), refletimos sobre o papel da escola na mediação entre os saberes linguísticos dos estudantes e as exigências institucionais, propondo uma prática pedagógica que reconheça a legitimidade das variedades populares e promova o letramento crítico.

Ao criticar a centralidade da abordagem normativa tradicional, evidenciamos os limites de um ensino que se pauta exclusivamente na descrição de regras gramaticais descontextualizadas e na repressão dos usos linguísticos dos alunos. Demonstramos que essa postura não apenas reforça o fracasso escolar e o preconceito linguístico, como também empobrece a experiência educativa, ao restringir a língua à dimensão da forma desvinculada de sentido, uso e história. Propusemos, em contraponto, uma perspectiva pedagógica que integre a análise histórica da língua ao trabalho cotidiano em sala de aula, por meio de práticas que envolvam leitura crítica de documentos históricos, comparação de formas linguísticas em diferentes épocas, discussão sobre a origem e a função social da norma culta, entre outras estratégias que promovam a compreensão da linguagem como processo dinâmico e socialmente situado.

Asseguramos, ainda, que a valorização da história da língua no ensino não significa a negação da norma padrão, mas sua ressignificação. Compreender a norma como produto de um contexto histórico específico permite ao estudante mobilizá-la de forma crítica, estratégica e consciente, sem que isso implique negar ou inferiorizar os usos linguísticos próprios de sua comunidade. Trata-se de ampliar o repertório, e não de subs-

tuí-lo; de formar sujeitos linguisticamente competentes em diferentes esferas de circulação da linguagem, e não de conformá-los a um modelo homogêneo e excludente. Nesse sentido, reiteramos que a integração da dimensão histórica ao ensino de Língua Portuguesa deve ser compreendida como um projeto formativo, que visa à constituição de uma educação linguística ética, científica e socialmente comprometida. Ao reconhecer os processos de variação e mudança como parte constitutiva da língua, o ensino passa a atuar também no combate aos discursos de desvalorização das formas populares de falar, contribuindo para a construção de uma escola mais democrática e inclusiva.

Reconhecemos, por fim, que a implementação dessa proposta exige condições materiais e simbólicas ainda desiguais nas redes de ensino. É necessário investir na formação inicial e continuada de professores de Língua Portuguesa, garantindo o acesso a conhecimentos atualizados sobre Sociolinguística, Linguística Histórica e Educação Linguística. Também é preciso revisar os materiais didáticos e os currículos escolares, de modo a incorporar perspectivas mais plurais, críticas e reflexivas sobre a linguagem. Essa mudança implica, igualmente, uma reconfiguração da própria identidade docente, na medida em que o professor deixa de ser um mero transmissor de normas e passa a assumir o papel de mediador, pesquisador e agente formador de consciências linguísticas.

Como desdobramento deste trabalho, indicamos a necessidade de ampliar os estudos empíricos sobre práticas pedagógicas que integrem a história da língua ao ensino, bem como o desenvolvimento de sequências didáticas, propostas curriculares e avaliações que dialoguem com essa concepção de linguagem. Também sugerimos investigações sobre a recepção dessa abordagem por parte dos estudantes, de modo a avaliar seus impactos na formação linguística, identitária e cidadã dos sujeitos escolares. Em suma, reafirmamos que ensinar a história da língua é uma escolha pedagógica e epistemológica que transforma o modo como concebemos o ensino de Língua Portuguesa. Ao trazer à sala de aula os processos de mudança, os usos socialmente localizados e os fatores históricos que moldam a linguagem, abrimos espaço para que o ensino deixe de reproduzir desigualdades e passe a ser instrumento de emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor de português como agente de letramento*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel. Sociolinguistic approaches to historical sociolinguistics. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo (ed.). *The handbook of historical sociolinguistics*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013. p. 80-98.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2008 [1972].

ROMAINE, Suzanne. *Sociolinguistic variation in speech communities*. London: Edward Arnold, 1982.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. *Mudança linguística na fala urbana: as variantes de -ndo no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 2009.